Banco de metadados de normas dos Sistemas de Fiscalização Profissional Brasileiros

Alberto Leite Câmara
Mestrado Profissional em Controle da Administração Pública
Instituto Serzedello Corrêa (ISC/TCU)

Fonte dos Dados

Os dados foram coletados a partir dos sites oficiais (vide Apêndice I) dos conselhos de fiscalização profissional (CFP) brasileiros.

A coleta dos dados foi realizada principalmente por meio de técnicas de *web scraping*, utilizando scripts em *Python* com bibliotecas como *"requests" e "BeautifulSoup"*. Os códigos *Python* foram gerados mediante uso do ChatGPT (GPT-4o with canvas), a partir de um prompt padrão fornecendo fragmentos do código HTML com a informação requerida.

Em alguns casos, devido à má formatação ou à falta de padronização dos sites (por exemplo, tags HTML não utilizadas adequadamente, informações não estruturadas), foi necessário utilizar o ChatGPT (o1-preview) para auxiliar na extração e organização das informações, a partir do código fonte da página. Destaca-se que apenas o site do Confea permitia o download das informações em formato "xls".

A classificação das normas foi viabilizada com o uso de *prompts* específicos no ***ChatGPT***, que geraram os códigos necessários. Os normativos foram classificados em duas categorias principais: **"Regulação Profissional"**, que abrange normas diretamente relacionadas à atuação de profissionais regulamentados, e **"Administrativa"**, que engloba aspectos internos de gestão dos CFPs. Essa classificação foi conduzida de forma semiautomática, com o suporte de inteligência artificial para uma classificação inicial que foi validada manualmente pelo autor nos normativos publicados entre 2020 e 2024.

A construção da base de dados enfrentou limitações significativas, destacando-se que o Conselho Federal dos Economistas Domésticos (CFED) não possui nenhuma norma de regulação disponível para extração, e em 12 Conselhos Federais há dificuldades tecnológicas que impedem a coleta completa dos dados até o momento. Essas dificuldades incluem páginas desenvolvidas em *JavaScript* e baixa qualidade do código HTML, o que inviabiliza o uso de métodos simples de *web scraping*, como a leitura direta do código-fonte HTML. Até o presente momento, a base consolidada apresenta dados de 19 Conselhos Federais, totalizando 9.188 registros normativos.

Utilidade dos Dados

Este banco de dados é fundamental para minha pesquisa, pois permitirá selecionar as normas de regulação profissional expedida pelos Conselhos de Fiscalização Profissional (CFP) para avaliação da qualidade normativa, bem como para estudo do processo de

avaliação do impacto regulatório (como as normas influenciam o exercício profissional, identificar as possíveis lacunas ou redundâncias normativas, etc).

Estrutura dos Dados

Os dados estão organizados em planilhas eletrônicas no formato ".xlsx", onde cada linha representa uma norma específica. As colunas presentes são:

- Tipo: Tipo da norma (Ex: Resolução, Portaria, Lei, etc.).

- Conselho: Sigla do conselho profissional (Ex.: OAB, CFM, CFA).

- Número/Ano: Número da norma seguido do ano de publicação (Ex.: 327/2024).

- Situação: Status atual da norma (Ex: Em vigor, Revogada, Suspensa, Alteração, Revogação).

- Ementa: Resumo ou descrição do conteúdo da norma.

- Link: URL direta para o documento oficial da norma.

- Classificação: Indica a categoria da norma ("Regulação Profissional" ou "Administrativa" – ver Apêndice III.

Informações adicionais:

- Quantidade de registros: O banco de dados até o momento contém 10.292 registros (Apêndice II)

- Formato dos dados: Todos os dados são textuais, sem conteúdo multimídia ou geográfico.

- Padronização: Houve um esforço significativo para padronizar os dados, dadas as diferentes estruturas e formatos dos sites dos conselhos.

Apêndice I – Fonte de Dados

1. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)**
   https://transparencia.caubr.gov.br/resolucoes/
2. **Conselho Federal de Administração (CFA)**
   https://documentos.cfa.org.br/
3. **Conselho Federal de Biologia (CFBio)**
   http://177.154.155.84/Resolucoes-CFBio/
4. **Conselho Federal de Biomedicina (CFBM)**
   https://cfbm.gov.br/legislacao/regulamentacao/resolucoes/
5. **Conselho Federal de Corretores de Imóveis (Cofeci)**
   https://www.cofeci.gov.br/legislacao-1
6. Conselho Federal dos Despachantes Documentalistas do Brasil (CFDD/BR)
   https://crddsc.org.br/tipo/resolucoes/
7. **Conselho Federal de Economia (Cofecon)**
   https://transparencia.cofecon.org/atos-normativos/
8. **Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea)**
   https://normativos.confea.org.br/ementas
9. **Conselho Federal de Estatística (Confe)**
   https://www.confe.org.br/resolucoes.htm
10. **Conselho Federal de Medicina (CFM)**
    https://portal.cfm.org.br/buscar-normas-cfm-e-crm/
11. **Conselho Federal de Museologia (Cofem)**
    https://cofem.org.br/legislacao_/legislacao/
12. **Conselho Federal de Odontologia (CFO)**
    https://transparencia.cfo.org.br/atos-normativos/
13. **Conselho Federal de Psicologia (CFP)**
    https://atosoficiais.com.br/cfp
14. **Conselho Federal de Química (CFQ)**
    https://cfq.org.br/resolucoes-normativas/
15. **Conselho Federal dos Representantes Comerciais (Confere)**
    https://www.confere.org.br/atos_normativos.php
16. **Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA)**
    https://www.cfta.org.br/index.php/institucional/resolucoes
17. **Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT)**
    https://www.cft.org.br/resolucoes/
18. **Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)**
    https://www.oab.org.br/leisnormas/legislacao
19. **Ordem dos Músicos do Brasil (OMB)**
    https://www.ombcf.org.br/resolucoes-e-portarias/

Apêndice II – Quantidade de Registros

Conselho	Registros
CAU	256
CFA	943
CFBio	349
CFBM	241
CFDD	5
CFM	2407
CFO	262
CFP	1120
CFQ	327
CFTA	57
CFT	271
Cofeci	144
Cofecon	416
COFEM	331
Confea	774
CONFERE	261
Confe	371
OAB	526
OMB	127
TOTAL	**10.292**

Apêndice III – Definições de norma de Regulação Profissional e Administrativa

1. Regulação Profissional: Normas diretamente relacionadas à atuação do profissional, abrangendo:

- Atos, responsabilidades e limites da profissão;
- Regras e procedimentos relacionados à prática profissional;
- Requisitos para atuação, como formação, registro e áreas de atuação;
- Definição de limites éticos e deontológicos;
- Emissão e gerenciamento de documentos relacionados ao exercício profissional;
- Exemplos: Procedimentos relacionados a certidões técnicas, como Certidão de Acervo Técnico-Operacional (CAT-O), ética profissional, registro de responsabilidade técnica (RRT), ou normas que tratem diretamente da prática da profissão.

2. Administrativa: Normas relacionadas à organização interna, gestão e funcionamento das entidades de fiscalização profissional, incluindo:

- Reformulações orçamentárias e prestação de contas;
- Criação de grupos de trabalho e comissões;
- Alterações em regimentos internos ou regulamentos administrativos;
- Gestão de recursos humanos e financeiros;
- Regras sobre anuidades, taxas, emolumentos e multas;
- Procedimentos administrativos e eleitorais;
- Organização e estruturação de departamentos internos;
- Benefícios, isenções e políticas de apoio administrativo (ex.: licença parentalidade, isenção para portadores de doenças graves);
- Exemplos: Alterações ou revogações de regimentos internos, normas sobre orçamento e prestação de contas, ou políticas administrativas voltadas ao funcionamento das entidades.